



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

11 Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às nove horas, na sala de reuniões  
12 do Conselho Federal da OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, no Setor de Autarquias Sul,  
13 quadra 5, bloco N, térreo, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da  
14 Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, expediente interno; 2) PPA  
15 (Plano Plurianual)2008/2011 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; 3) Reforma  
16 Política e as Mulheres; 4) II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres; 5) Interrupção  
17 voluntária da gravidez. Estiveram presentes as seguintes representantes governamentais: I)  
18 Ministra Nilcéa Freire e a Secretária Adjunta Teresa Cristina Sousa/SPM; II)Rosiléa Maria Roldi  
19 Wille/MEC; III)Roseli Zerbinato da Silva/MTE; IV)Inajara Inês Ferreira/MJ; V)Andréa Lorena  
20 Butto Zarzar/MDA; VI)Hildézia Alves Medeiros/MDS; VII)Andréia Ingrid Michele  
21 Nascimento/MCT; VIII)Viviane Rios Balbino – representando Mariângela Rebuá de Andrade  
22 Simões/MRE; IX)Denise Antonia de Paulo Pacheco/SEPPIR; X) Ivana de Siqueira/SEDH. E as  
23 seguintes Conselheiras da Sociedade Civil: I)Maria Aparecida Schumacher/AMB; II)Justina Inês  
24 Cima/MMC; III) Nilza Iraci Silva/Art.ONGs Mulheres Negras; IV)Mercedes Maria de Moraes  
25 Rodrigues/ABMCJ; V)Maria Ednalva Bezerra Lima/CUT; VI)Rumiko Tanaka/CGT; VII)Márcia  
26 de Campos Pereira/CMB; VIII)Edna Maria Costa – suplente/CMB; IX)Odisséia Pinto de  
27 Carvalho/CNTE; X)Carmen Helena Ferreira Foro/CONTAG; XI)Maria Elenice Anastácio –  
28 suplente/CONTAG; XII)Jacimar Gouvêa/CONAMI; XIII)Arlete Carminatti Zago –  
29 suplente/BPW-BRASIL; XIV)Jeanete Assad Mazzeiro/MERCOSUL; XV)Nalu Faria  
30 Silva/Marcha Mundial das Mulheres; XVI)Neuza Barbosa Lima/Força Sindical; XVII)Helena  
31 Ribeiro da Silva – suplente/Força Sindical; XVIII)Eline Jonas/UBM; XIX)Lia Zanotta  
32 Machado/Rede Nac. Feminista de Saúde; XX)Rita Cerqueira Quadros/LBL; XXI)Albertina de  
33 Oliveira Costa/Notório Conhecimento em Gênero; XXII)Clara Charf/Notório Conhecimento em  
34 Gênero. A reunião foi aberta pela Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para  
35 Mulheres, Teresa Sousa, que cumprimentou a todas e informou que a Ministra Nilcéa estava  
36 naquele momento participando da abertura de evento na Câmara Distrital, de onde viria em  
37 seguida para a reunião do CNDM. A Secretária-Adjunta apresentou as justificativas de ausência  
38 das conselheiras Rose Marie Muraro e Concita Maia/MAMA, por questões de saúde, e Marilma  
39 Torres/OAB , por agenda interna da entidade, e apresentou as novas conselheiras Inajara Inês  
40 Ferreira/Ministério da Justiça e Mercedes Rodrigues/ Associação Brasileira de Mulheres de  
41 Carreira Jurídica. Em seguida solicitou que todas as conselheiras se apresentassem, o que foi  
42 feito. Estiveram presentes também a Coordenadora Estadual da Mulher de Santa Catarina, Vera  
43 Lucia Teixeira, acompanhando a conselheira Arlete Zago/BPW, e a sra Roseli Zerbinato, como  
44 observadora pelo Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que o Ministério ainda não  
45 encaminhou o nome da Assessora em substituição à sra Eunice Lea de Moraes. Foram  
46 apresentadas ainda as senhoras Miguelina Vecchi, Maria Eugênia Steyes, Sirley Soares  
47 Soalheiro, Regina Perondi,que haviam participado na semana anterior de reunião promovida pela  
48 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, representando as instâncias de mulheres dos  
49 partidos políticos, para discutir o processo de reforma política. A Secretária Adjunta Teresa

50 Sousa propôs uma inversão de pauta, de maneira que o ponto da Reforma Política fosse tratado  
51 naquele momento, e convidou a sra Regina Adami, assessora parlamentar da SPM, para fazer  
52 parte da mesa juntamente com as convidadas dos partidos políticos, para o informe da  
53 mencionada reunião. Foi informado que, com a presença de representantes de instâncias de  
54 mulheres de 17 partidos políticos, a reunião informada decidiu pela criação de um Fórum de  
55 organismos de mulheres dos partidos políticos brasileiros. Neste ponto o informe foi  
56 interrompido pela chegada da Ministra Nilcéa Freire, que cumprimentou a todas e assumiu a  
57 condução da reunião. Seguiu-se um pequeno debate sobre a Reforma Política entre as  
58 conselheiras, sendo aprovado por unanimidade o seguinte texto para documento com a posição  
59 do CNDM, a ser enviado a todos os deputados e senadores: **CARTA AO CONGRESSO**  
60 **NACIONAL: Nós, mulheres somos mais de 51% da população do Brasil e 42% da população**  
61 **ocupada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Representamos**  
62 **52% do eleitorado que legitima, democraticamente, cada legislatura de nosso Congresso**  
63 **Nacional, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral. //Não há uma só atividade**  
64 **transformadora, em nosso país, que não tenha o coração, o braço e a cabeça da mulher. Ao**  
65 **longo da história, participamos dos movimentos pela abolição da escravidão, pela criação da**  
66 **República, pela paz, por melhores condições de vida, de trabalho e moradia, pelo fim dos**  
67 **regimes autoritários e de exceção, pelas reformas agrária e urbana.//No Brasil, como no resto**  
68 **do mundo, lutamos pelo direito de educação, de voto e de trabalho remunerado das mulheres,**  
69 **contando com o apoio de diversos setores sociais e forças políticas.//Todavia, nossa presença**  
70 **nos parlamentos brasileiros é inteiramente desproporcional ao nosso protagonismo na**  
71 **construção da nação. Confrontada com o restante do mundo, nossa participação exhibe índices**  
72 **constrangedores. Enquanto a média mundial da participação das mulheres nos parlamentos é**  
73 **de 17,2%, chegando a alcançar mais de 40% em países nórdicos e acima de 30% em países da**  
74 **América Latina, no Brasil não ultrapassa 8,96%. No ranking mundial estabelecido pela União**  
75 **Inter-Parlamentar nosso país – entre as 10 maiores economias do planeta - assume a triste**  
76 **condição de 107º colocado.//Temos apenas 8,77% dos 513 mandatos que constituem a Câmara**  
77 **dos Deputados; somos 12,34% dos 81 parlamentares do Senado Federal; 11,61% nas**  
78 **Assembléias Legislativas e Distrital e 12,65% nas Câmaras Municipais.//Em mais de 180**  
79 **anos, jamais uma mulher foi titular de cargo na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ou**  
80 **Senado Federal.//Acumulando as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos e a vida**  
81 **laboral, as mulheres suportam uma sobrecarga de responsabilidades que restringe o tempo**  
82 **dedicado à ação política. A cultura patriarcal, que associa os homens ao espaço público e as**  
83 **mulheres ao espaço privado, se encarrega de obstaculizar, de diversas formas, a presença das**  
84 **mulheres no campo da política representativa. Por isso, em inúmeros países, são adotadas**  
85 **ações afirmativas voltadas para a ampliação da participação política das mulheres.//Neste**  
86 **momento, portanto, no qual a sociedade clama por mudanças no sistema político brasileiro, o**  
87 **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vem se dirigir a V.Exas. para afirmar nosso**  
88 **propósito de participar, com vigor, dos debates sobre a Reforma Política.//Julgamos**  
89 **inadmissível a atual sub-representação feminina nos parlamentos brasileiros, em geral, e no**  
90 **Congresso Nacional, em particular. Por óbvio, não admitiremos mudanças que atinjam**  
91 **conquistas já obtidas como é o caso da cota de 30% para candidaturas femininas, o que seria**  
92 **um retrocesso. Ao contrário, queremos debater sobre a alternância de sexo nas listas pré-**  
93 **ordenadas, o financiamento público das campanhas, a destinação de recursos do Fundo**  
94 **Partidário para os organismos de mulheres dos partidos políticos, cotas de tempo para**  
95 **candidaturas de mulheres na propaganda eleitoral no rádio e TV, entre outros tantos**  
96 **temas.//Queremos compartilhar com V.Exas nosso propósito de, nas próximas semanas e**  
97 **meses, estar presentes em cada debate, instaurando o diálogo em cada comissão ou gabinete**  
98 **desta Casa do Povo, implementando uma campanha veemente no Parlamento e na sociedade**

99 *para ampliar a participação das mulheres na cena política brasileira. Contamos, para isso,*  
100 *com o apoio de sempre da valorosa Bancada Feminina do Congresso Nacional, mas queremos*  
101 *contar com cada congressista, independentemente do sexo ou do partido político.//Está em*  
102 *curso, em centenas de municípios brasileiros, a realização de Conferências Municipais e*  
103 *Estaduais, que culminará com a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em*  
104 *Brasília, no mês de agosto. A participação da mulher nos espaços de poder é tema central*  
105 *deste processo e trará contribuições significativas ao debate nacional.//A reduzida*  
106 *participação e representação política das mulheres empobrece a democracia brasileira e reduz*  
107 *o pleno exercício da cidadania, quando restringe o acesso das mulheres aos espaços de*  
108 *decisão sobre os rumos do país e de seu desenvolvimento.//Contribuímos significativamente*  
109 *para a produção da riqueza nacional, somos promotoras dinâmicas de transformações sociais,*  
110 *protagonistas de uma cultura de paz, desenvolvimento humano e sustentável. Somos mulheres*  
111 *sem medo do poder.//* Em seguida, a Ministra agradeceu a presença das representantes do Fórum,  
112 afirmando que a Secretaria Especial de Políticas para mulheres está irmanada com seus  
113 objetivos, e passou para o ponto da II Conferência Nacional de Políticas Mulheres. A Ministra  
114 apresentou às conselheiras a sugestão de fazer a abertura da Conferência no final do dia 17 de  
115 agosto, e não mais na manhã do dia 18, uma vez que o Centro de Convenções de Brasília, onde  
116 acontecerá a Conferência, já estará disponível. A Ministra informou ainda sobre a realização da  
117 Conferência Governamental, em 12 de junho, quando o Governo Federal irá definir suas  
118 propostas para a participação na Conferência Nacional. Em seguida passou a palavra para a  
119 Secretária Adjunta Teresa Sousa, para os demais informes sobre a II CNPM. A Secretária  
120 Adjunta informou que até aquele momento 262 municípios já haviam realizado conferências,  
121 sendo 69 regionais e 19 em capitais, num cálculo de que cerca de 165 mil mulheres estão  
122 envolvidas no processo, o que já ultrapassa o número de participantes do processo da  
123 Conferência de 2004, e deu ainda informações sobre a infraestrutura da Conferência,  
124 hospedagem, alimentação, material de apoio, custos, patrocínios e apoios. A conselheiras Jeanete  
125 Mazzeiro e Arlete Zago informaram sobre o processo em seus estados (Minas Gerais e Santa  
126 Catarina, respectivamente). A conselheira Mercedes Rodrigues/ABMCJ informou sobre a  
127 Conferência Municipal de Porto Alegre e a pactuação do Plano Nacional de Políticas para  
128 Mulheres no município. A Conselheira Jacimar Gouvêa/CONAMI informou sobre a participação  
129 das mulheres indígenas nos estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul. A conselheira Edna  
130 Costa/CMB informou sobre as conferências municipais em Pernambuco; a Conselheira Odisséia  
131 Carvalho/CNTE informou sobre as do estado do Rio de Janeiro, Márcia Campos/CMB as de  
132 São Paulo, Eline Jonas/UBM sobre Goiás, Lia Zanotta/Rede Feminista de Saúde sobre o Distrito  
133 Federal. As conselheiras Nalu Faria, Ednalva Lima, Schuma Schumacher e Nilza Iraci,  
134 representantes do CNDM na Comissão Organizadora Nacional, acrescentaram algumas  
135 observações sobre os preparativos da II CNPM e sobre a elaboração de roteiro para a  
136 apresentação dos relatórios das conferências estaduais, especialmente em relação ao tema do  
137 Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Esclareceram que, com o roteiro para o relatório,  
138 pretende-se evitar que seja feita uma discussão burocrática do PNPM, e sim estimular uma  
139 avaliação política do seu conteúdo e dos obstáculos à sua implementação. Encerrado o ponto da  
140 II Conferência, a Ministra informou que, por solicitação da conselheira Ednalva Lima, foi  
141 incluído na pauta da reunião o tema da interrupção voluntária da gravidez – o aborto, passando  
142 então a palavra para a citada conselheira. A conselheira Ednalva lembrou a todas que a I  
143 Conferência em 2004, da qual o CNDM participou ativamente, aprovou e definiu diretriz sobre o  
144 assunto, e a partir daí o Conselho não mais discutiu o tema, destacando que a conjuntura atual  
145 faz com que o debate esteja reaberto, especialmente com os questionamentos da mídia em  
146 relação ao aborto e a vinda do Papa ao Brasil, e os posicionamentos manifestados pelo Ministro  
147 da Saúde, de colocar a discussão do tema, e até do Presidente Lula, de afirmar o estado laico. A

148 conselheira Ednalva acrescentou considerar o momento propício para que o CNDM faça esta  
149 discussão, tire encaminhamento e dê visibilidade ao seu posicionamento. A Ministra Nilcéa  
150 lembrou a todas que a partir das deliberações da I CNPM, o Governo brasileiro cumpriu seu  
151 papel e instituiu a Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva da Interrupção  
152 Voluntária da Gravidez, que, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres,  
153 também cumpriu seu papel e apresentou uma proposta para se transformar em projeto de lei,  
154 encaminhado pelo Executivo à Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados. A  
155 Ministra lembrou ainda que, além do Ministro Temporão e do Presidente Lula, também a  
156 Secretaria Especial de Políticas para Mulheres tem se manifestado sobre o tema, o que foi  
157 aplaudido por todas. O debate que se seguiu teve a participação das Conselheiras Lia Zanotta,  
158 Clara Charf, Rita Quadros, Andréa Butto, Eline Jonas, Schuma Schumacher, Carmen Foro. Foi  
159 decidido que uma comissão de conselheiras faria uma proposta de documento do CNDM, a ser  
160 apresentado para aprovação das demais via internet, reforçando as questões do direito de decidir  
161 das mulheres e do estado laico brasileiro. A Ministra informou a todas das atividades previstas  
162 para o dia 28 de maio, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de  
163 Redução da Morte Materna. As conselheiras decidiram então que o documento, além de ser  
164 encaminhado ao Presidente Lula, deverá ser entregue por uma comissão de conselheiras ao  
165 Ministro da Saúde, em audiência a ser solicitada pela Secretaria do CNDM, e à bancada feminina  
166 no dia 28 de maio, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução  
167 da Morte Materna, quando da instalação da Sub-Comissão de Saúde da Mulher na Câmara dos  
168 Deputados. A comissão para elaborar a proposta de documento foi formada pelas conselheiras  
169 Maria Ednalva/CUT, Lia Zanotta/Rede Feminista de Saúde e Andréa Butto/Ministério do  
170 Desenvolvimento Agrário, que posteriormente à reunião elaboraram o seguinte documento,  
171 aprovado pelas demais através de consulta pela internet: *Carta Aberta: O Conselho Nacional dos*  
172 *Direitos da Mulher (CNDM), reunido no dia 17 de maio de 2007, decidiu vir a público*  
173 *expressar seu posicionamento político em defesa da revisão da legislação punitiva da*  
174 *interrupção da gravidez, com a conseqüente e responsável legalização do aborto.//Os*  
175 *abortamentos inseguros e clandestinos, estimados pela Organização Mundial de Saúde na*  
176 *ordem de um milhão por ano no Brasil, são responsáveis pela terceira causa de mortalidade*  
177 *materna e por seqüelas, muitas vezes irreparáveis, atingindo especialmente mulheres pobres.*  
178 *Nos últimos cinco anos, mais de um milhão e duzentas mil mulheres foram atendidas na rede*  
179 *pública em função de abortamentos inseguros. A lei punitiva do aborto não tem evitado o*  
180 *abortamento clandestino, pois não enfrenta suas causas e não respeita o direito de decidir das*  
181 *mulheres de levar adiante ou não uma gravidez indesejada.//A legalização do aborto neste país*  
182 *permitirá, tal como vem acontecendo a nível internacional nos países que a aprovaram,*  
183 *interromper a brutalidade das mortes e da morbidade de inúmeras mulheres e assegurar o*  
184 *direito de decidir das mulheres. Não intervirá nas escolhas individuais a respeito da liberdade*  
185 *de escolha religiosa e concorrerá, junto às políticas de planejamento familiar, para a redução*  
186 *do número de abortamentos.//O CNDM vem demonstrar seu apoio às recentes declarações do*  
187 *Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministro da Saúde José Gomes Temporão*  
188 *e da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, de reafirmação*  
189 *do caráter laico do Estado Brasileiro e de reconhecimento de que os abortamentos inseguros e*  
190 *clandestinos são responsáveis por graves problemas de saúde pública que afetam as mulheres*  
191 *brasileiras. //O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em nome dos direitos das mulheres*  
192 *à autonomia, dignidade e integridade física e psíquica e dos seus direitos sexuais e reprodutivos,*  
193 *e em nome do caráter laico do Estado brasileiro, vem conclamar os poderes Executivo e*  
194 *Legislativo para a intensificação das medidas que propiciem o acesso generalizado aos métodos*  
195 *anticoncepcionais e ao planejamento familiar, e, em especial, para a urgente revisão da*  
196 *legislação punitiva da interrupção da gravidez. Para fazer a entrega do documento,*

197 apresentaram-se as seguintes conselheiras: Eline Jonas/UBM, Jeanete Mazzeiro (FMMercosul),  
198 Maria Elvira (FMMercosul – não estava presente, indicada por suplente Jeanete), Marcia  
199 Campos (CMB), Lia Zanotta, Clara Charf, Albertina Costa, Odisséia Carvalho (CNTE), Rita  
200 Quadros (LBL), Helena Ribeiro (Força Sindical). Após um pequeno intervalo da reunião, a  
201 Ministra passou ao ponto seguinte da pauta, a apresentação do PPA (Plano Plurianual)2008/2011  
202 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. A Ministra explicou que as etapas de  
203 elaboração do PPA iniciam-se quando cada Ministério ou Secretaria elabora o seu planejamento  
204 para quatro anos, traduzido em programas e ações. Informou ainda existir previsão da  
205 participação da sociedade civil organizada, através da incorporação dos resultados das  
206 conferências realizadas nas diversas áreas, cujos produtos devem ser insumos para a elaboração  
207 do PPA. Além disso, os Conselhos devem ser ouvidos: os organismos de controle social e  
208 participação da sociedade dentro do governo devem opinar neste processo, o que justifica a  
209 inclusão do tema nesta reunião do CNDM. Segundo a Ministra, a I Conferência e o Plano  
210 Nacional de Políticas para Mulheres são as principais referências para o PPA da Secretaria  
211 Especial de Políticas para Mulheres, e também o devem ser para os demais Ministérios e  
212 Secretarias que participam do Plano. Foi distribuída cópia impressa às conselheiras, e  
213 apresentado um resumo em power-point. Antes de passar ao detalhamento do trabalho elaborado  
214 pela SPM, a Ministra informou que todo o processo do PPA começa pela definição dos objetivos  
215 estratégicos do Governo, apresentando os nove já existentes e a proposta da SPM de incluir um  
216 décimo objetivo, “promover a igualdade de gênero e raça”, a partir da discussão do Conselho,  
217 sabendo que esta proposta de inclusão do décimo objetivo deverá ser bem defendida pela SPM  
218 dentro do Governo. Informou ainda que os Objetivos Setoriais que a secretaria está propondo  
219 são: incidir na criação, ampliação e fortalecimento dos espaços institucionais feitos com  
220 aperfeiçoamento da questão de políticas orientadas para igualdade de gêneros em todos setores  
221 da administração pública, favorecendo integração e transparência das ações governamentais;  
222 Promover uma educação exclusiva não sexista e de qualidade, visando a redução das  
223 desigualdades e discriminações de gênero; Formular ou implementar política que promova  
224 conciliação entre as atividades domésticas e laborais, fornecendo compartilhamento de  
225 responsabilidades entre homens e mulheres; fortalecer e consolidar políticas transversais que  
226 contribuem para a inserção de mulheres no mundo do trabalho e para superação das  
227 desigualdades; Promover a prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência contra as  
228 mulheres, promover cultura de paz que dissemine respeito à dignidade da pessoa humana  
229 com perspectiva de gênero; Promover iniciativas que resultem nas melhorias das condições de  
230 saúde das mulheres e seus direitos sexuais e reprodutivos. Após o encerramento da apresentação  
231 do detalhamento do PPA, conforme o material distribuído às conselheiras, iniciou-se o debate,  
232 especialmente em relação à proposta de inclusão do décimo objetivo estratégico, aprovada por  
233 todas. Duas outras propostas foram também aprovadas: que as conselheiras, nos próximos dias,  
234 enviassem à Secretaria do CNDM questões prioritárias a serem incluídas nos objetivos setoriais  
235 de cada um dos Ministérios, para que a SPM os encaminhe; e que o CNDM envie moção de  
236 apoio ao Ministério do Planejamento, em que expresse sua aprovação ao PPA/SPM,  
237 posteriormente aprovada com o seguinte texto: - *Carta do Conselho Nacional dos Direitos da*  
238 *Mulher à Presidência da República e ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão//O*  
239 *Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), reunido no dia 17 de maio de 2007,*  
240 *ao examinar os nove objetivos da Orientação Estratégica de Governo do PPA/Plano*  
241 *Plurianual2008-2011, decidiu por expressar sua surpresa ao não ver contemplada, entre estes*  
242 *objetivos, a promoção dos direitos à igualdade entre homens e mulheres. //O CNDM*  
243 *reconhece que a posição em prol da igualdade de homens e mulheres é uma posição política*  
244 *reiterada e afirmada por este mesmo governo, mas vem mostrar sua insatisfação em não vê-la*  
245 *assegurada como um dos princípios orientadores da elaboração e gestão do PPA 2008-*

246 2011.//O CNDM entende que os objetivos gerais da inclusão social e da redução das  
247 desigualdades não podem ser alcançados, sem que se expressem ações diretamente voltadas  
248 para enfrentar dois princípios estruturais históricos da desigualdade social no Brasil, além  
249 daqueles de classe: a desigualdade de gênero e raça.//O CNDM apóia integralmente a  
250 proposta da Secretaria Especial das Políticas para as Mulheres (SPM) pela inclusão de um  
251 décimo objetivo no PPA 2008-2011: “10. Promover a igualdade de gênero, raça e etnia”O  
252 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher insta o Governo a incorporar a proposta da SPM.  
253 //Somente a inclusão deste décimo objetivo na gestão estratégica e no planejamento fará jus à  
254 importância política que o atual governo vem demonstrando em relação ao enfrentamento da  
255 desigualdade de gênero e raça. Antes do encerramento da reunião, a conselheira Albertina Costa  
256 propôs que o CNDM aprovasse um voto de louvor à dra Maria José Araújo por seu trabalho  
257 desenvolvido até recentemente no Ministério da Saúde à frente da Área Técnica da Saúde da  
258 Mulher, quando representou o Ministério no CNDM, o que foi aprovado por todas as  
259 conselheiras. A Ministra submeteu para aprovação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por  
260 todas, agradeceu as presenças e deu por encerrada a reunião.

261  
262  
263  
264  
265